

## ENTREVISTA

### SANDRA MONTEIRO LEMOS

Realizada em 20 de abril de 2016

Sandra Monteiro Lemos é Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, unidade Montenegro, dos cursos de licenciatura em Artes Visuais, Música, Teatro e Dança e Coordenadora do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência - PIBID/UERGS. É integrante do grupo de elaboradores e revisores de avaliações em larga escala da Educação Básica - ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), Provinha Brasil - e do Ensino Superior (ENADE) - INEP/MEC (desde 2012). Teve atuações como professora convidada em instituições educacionais privadas, em cursos de graduação e de pós-graduação (2008-2014), prestando também serviços como consultora pedagógica da UNESCO (2005/2006), Secretarias de Educação, Institutos Federais e Estaduais de Pesquisa. É pesquisadora associada do Núcleo de Estudos sobre Currículo Cultura e Sociedade - NECCSO/UFRGS. Seus últimos estudos focalizam as temáticas: leitura, identidade, representação, cultura, práticas pedagógicas, formação docente e educação de jovens e adultos - EJA -, tendo publicado artigos em revista e vários trabalhos em eventos, seminários e congressos.

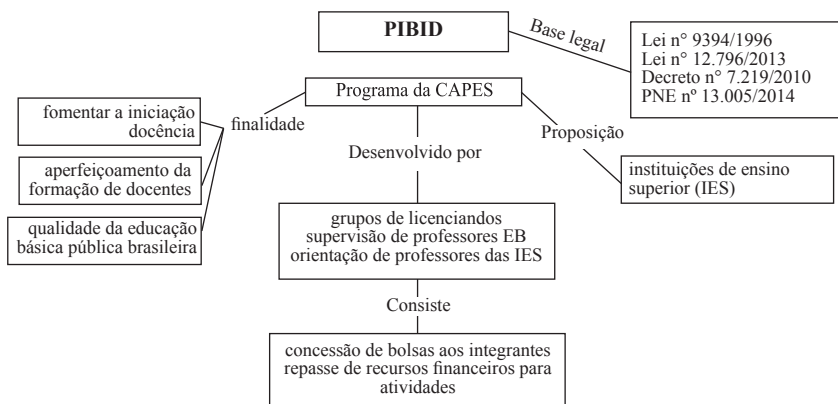
#### **Poderias falar um pouco sobre o que é o PIBID e a sua finalidade e trajetória no contexto da educação atual?**

Em uma breve síntese, o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), proposto pelo MEC/Capes, constitui-se em um exemplo inequívoco de programa de governo que tem tudo para ser uma política pública de formação e valorização docente, especialmente ao ser reconhecido como sendo um dos braços estruturantes da formação inicial docente, da forma em que se coloca, possibilitando a formação

continuada através do diálogo que estabelece entre universidade e escola.

A criação do PIBID<sup>1</sup> intencionou fomentar a iniciação à docência com a finalidade de melhor qualificá-la, mediante projeto específico de trabalho e concessão de bolsas, abrangendo as diferentes áreas do conhecimento que fazem parte do currículo da educação básica. Além disso, tal programa se diferenciou dos demais ao conceder bolsas não só a estudantes das licenciaturas, mas também aos professores das universidades que os orientam e aos professores de escolas públicas (chamados supervisores) que acompanham as atividades dos bolsistas no espaço escolar. Esses últimos atuam, assim, como coformadores no processo de iniciação à docência, em articulação com o formador da universidade.

O esquema abaixo apresenta a estrutura do PIBID:



1 Proposto em 2007, teve sua regulamentação mais detalhada pelo Decreto nº 7219/2010 (BRASIL, 2010).

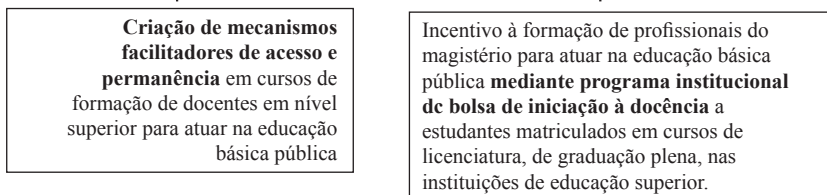
Legislação:

**Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010**

Dispõe PIBID e dá outras providências

**Lei 12.796, de 4 de abril de 2013**

Altera o texto da LDB n.9.394/96 (Art. 62, §4 e §5)



**Criação de mecanismos facilitadores de acesso e permanência** em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública

Incentivo à formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública **mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência** a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

Quanto ao desenvolvimento do PIBID, até o ano de 2015 temos os dados abaixo.

PIBID – Brasil – Atualizados em 21/08/2015

<b>Região</b>	<b>IES</b>	<b>Subprojetos</b>	<b>Bolsistas</b>
Centro-Oeste	26	377	8404
Nordeste	66	772	26560
Norte	32	301	8549
Sudeste	117	859	23661
<b>Sul</b>	<b>72</b>	<b>688</b>	<b>17087</b>
<b>Total</b>	<b>313</b>	<b>2997</b>	<b>84261</b>

Para atuar como interlocutor entre os Projetos PIBID e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e demais órgãos e instituições, em 2014 foi instituído o Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (ForPIBID). Esse Fórum é uma entidade de caráter permanente, constituída pelos coordenadores institucionais dos Projetos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) das Instituições de Ensino Superior (IES). As ações do

FORPIBID têm possibilitado uma luta constante para que o Programa se fortaleça cada vez mais. A valorização, manutenção, ampliação e qualificação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência tem se constituído bandeira de luta do Fórum. Minha atual função, além de Coordenadora Institucional do PIBID da UERGS, é atuar como Coordenadora Estadual do ForPIBID-RS.

### **Na prática, como funciona esse Programa? A quem ele beneficia?**

O PIBID foi o primeiro e é único no enfrentamento do desafio de formar mais e melhores professores para a educação básica. A iniciação à docência insere o estudante dos cursos de licenciatura no conjunto de práticas docentes, reconhecendo a escola pública como espaço indispensável de formação do professor. O PIBID promove a aproximação dos licenciandos à realidade do ensino, com uma inserção assistida por professores mais experientes, com oportunidade de investigação dos problemas que afetam o ensino, assim como de experimentação e inovação pedagógica. Além do enriquecimento da experiência formativa, passamos a ter uma significativa produção contextualizada de conhecimento sobre a docência, que vem sendo amplamente socializada em publicações e eventos científicos e educacionais, nacionais e internacionais. Assim, o PIBID vem produzindo um ciclo virtuoso de valorização de professores em formação, de legitimação de sua atitude reflexiva, de estímulo ao comprometimento político dos futuros professores e da universidade com a escola pública.

Na UERGS, por exemplo, atualmente participam do PIBID 10 subprojetos que são desenvolvidos nas cinco licenciaturas ofertadas pela Universidade: Pedagogia em seis localidades (Osório, São Francisco de Paula, Cruz Alta, São Luiz Gonzaga, Bagé e Alegrete), Artes Visuais, Música, Teatro e Dança (Montenegro). No ano de 2015, com 316 pibidianos (bolsistas de iniciação à docência, professores da educação básica e professores da universidade) foram desenvolvidas atividades de iniciação à docência em 27 escolas públicas de diferentes regiões do estado do RS, abrangendo as três etapas da educação básica (Educação Infantil; Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais;

Ensino Médio-Curso Normal) e incluindo as modalidades Educação Regular e Educação de Jovens e Adultos. As ações pedagógicas dos licenciandos PIBIDianos envolveram aproximadamente 3.507 professores da educação básica da rede pública, e aconteceram por meio da construção e execução de projetos pedagógicos, com intervenções e desenvolvimento de práticas planejadas e revistas constantemente a partir da leitura do contexto educacional das regiões onde se localizam as unidades universitárias da UERGS.

O repasse de recursos de custeio pela CAPES para a realização de atividades nas escolas deram suporte aos planos de trabalhos propostos pelos projetos institucionais do PIBID elaborados pelas IES, o que propiciou um rompimento com o isolamento entre unidades acadêmicas, que não se comunicavam quando o assunto era formar professores. Assim, ultrapassamos obstáculos que separam as IES das escolas públicas.

Com o PIBID, estimulamos formadores de professores a se unirem em torno de um projeto integrado de formação; garantimos apoio aos estudantes da licenciatura para se manterem no curso, investirem e valorizarem a sua formação; também agregamos o professor da educação básica como coformador responsável pelo acompanhamento dos licenciandos na escola, estimulando seu senso crítico, criativo e propositivo. A colaboração entre esses atores se materializa em atividades que são custeadas pelo PIBID, vivenciadas como oportunidades de formação para os licenciandos, bem como envolvem, diretamente, os estudantes da educação básica, promovendo novos sentidos para estar na escola, possibilitando um ensino inovador e aprendizagens significativas e impactando no IDEB das escolas.

**Qualquer instituição pode aderir ao PIBID? Quais os requisitos e encaminhamentos que devem ser feitos pela instituição interessada? Alguns bolsistas comentam que seu papel nas escolas é muitas vezes confundido com o de “professor substituto”, como lidar com esse tipo de situação?**

Vamos por partes. Para as IES ao PIBID, é necessário que haja Editais abertos. Atualmente, o último edital que temos e que está vigorando é o de 2013. Há indicações de que um novo edital seja lançado

a partir de maio. No site da CAPES <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID>> é possível encontrar todas as informações sobre o Programa e a documentação necessária para candidaturas, no caso de editais abertos.

Respondendo à pergunta sobre o bolsista ser confundido com “professor substituto”: sim, essa era uma situação comum que foi enfrentada, mais na fase inicial de implantação do Programa, nos anos de 2013 e 2014. Normalmente, quando o programa se iniciava em uma nova escola, eram comuns entendimentos equivocados sobre o papel do bolsista de iniciação à docência. Contudo, na medida em que os supervisores da escola iniciavam sua participação nas reuniões com a Coordenação de Área da IES, ampliavam-se os entendimentos sobre o real papel do bolsista de iniciação à docência na escola, qual seja o de qualificar sua formação inicial a partir das atividades e propostas desenvolvidas por ele em conjunto com o subprojeto ao qual estava vinculado.

A melhor forma de lidar com situações de confusão sobre o papel do bolsista é o diálogo entre as partes envolvidas. Tal diálogo deve ser capaz de mostrar com clareza o que é o PIBID enquanto programa institucional que propõe articular a formação inicial docente em parceria com IES, escola pública, alunos e professores.

**O estudante que gostaria de se inserir nesse programa, como deve proceder? Existindo um número de alunos/interessados superior ao número de bolsas disponíveis na instituição, como é (ou deve ser) feita a seleção dos bolsistas? Onde e quem faz essa seleção?**

Para inserção no Programa, o estudante deve ficar atento aos editais publicados por sua IES. Diferentemente do Edital da CAPES, que seleciona as IES, os editais para a seleção de alunos bolsistas são abertos com frequência. Há, normalmente, certa rotatividade de bolsistas. Bolsas podem ser canceladas por formatura, por solicitação do próprio bolsista e/ou por baixa produtividade do bolsista. Normalmente, as IES abrem editais com número de vagas limitado e com vaga para “cadastro reserva”, quando o número de inscritos estiver acima das vagas disponíveis. A partir de alguns critérios especificados no edital, os alunos serão então classificados. No caso de vagas existentes, são imediatamente chamados. Quem fica para o cadastro reserva vai sendo

chamado à medida que as vagas forem surgindo. É só ficar atento aos editais da sua IES e verificar a documentação necessária para inscrição.

**De que modo esse programa vem sendo avaliado no cenário nacional e que resultados apresentam?**

Penso que esta questão está respondida no item 2; entretanto, cabe destacar que a necessária relação entre teoria e prática tem levado a modificações dos currículos dos cursos de Licenciatura, os quais vêm instigando os alunos a conhecerem cada vez mais cedo o espaço escolar durante sua formação, desafiando-os a adquirirem um olhar mais atento às demandas da escola. E é nesse ponto que o PIBID entra como possibilidade de qualificação para a docência. A julgar pelo desenvolvimento do programa não só na UERGS, como em todo o Rio Grande do Sul e no Brasil, o PIBID pode ser percebido, entre outras maneiras, como um programa de formação e qualificação profissional, de valorização das licenciaturas; um programa capaz de inserir o licenciando nas escolas de Educação básica desde o início do curso e que incentiva a sua permanência após formado. Um programa capaz de desenvolver uma diversidade de ações didático-pedagógicas nas escolas, trazendo novas práticas, construindo novas teorias, ou seja, concretizando proficuamente a tão almejada parceria entre universidade e escola.

**Até o momento, falamos nos desafios e nos benefícios desse programa para as escolas e as universidades, considerando a aproximação dos estudantes universitários dos cursos de licenciatura da vida concreta nas escolas de educação básica. Mas, ainda falta saber o impacto disso na aprendizagem das crianças. Os rendimentos dos alunos matriculados em escolas que possuem esse programa apresentam algum diferencial em relação a outras escolas?**

Essa pergunta permite complementar a questão anterior. Vejamos... sim, as taxas de IDEB têm sido ampliadas a partir da parceria entre as universidades e escolas via PIBID. Todos estes resultados devem ser acrescidos do impacto que o PIBID tem causado também no que tange à pesquisa. A partir das inserções sistemáticas nos espaços escolares, pibidianos e pibidianas – sobretudo, tomando por base o

programa desenvolvido pela UERGS –, têm empreendido inúmeras pesquisas as quais são tornadas públicas em espaços construídos especificamente para a divulgação das ações e pesquisas do PIBID, bem como em revistas especializadas e anais de eventos científicos. Igualmente, através das discussões que temos realizado no ForPIBID, os impactos são muito semelhantes e podem ser evidenciados na maioria das IES que trabalham com o PIBID no País.

**Você considera adequado o investimento federal nesse programa? Sabemos que esse programa recentemente esteve ameaçado de ser interrompido, sendo necessárias algumas mobilizações nesse sentido. Como está essa situação nesse momento?**

Pois é, essa é uma questão que nos entristece, pois a situação atual do PIBID não é nada estável e vem enfrentando sérios problemas de ordem política, econômica (no que se refere à restrição orçamentária) e estrutural que vêm colocando-o em risco de continuidade, ao menos em relação à sua proposta inicial. Vejamos se consigo fazer uma síntese. Os 313 projetos que vêm sendo implementados desde 2014 em todo o país pelas 284 IES fazem parte dos Editais da CAPES nº 061/2013 e nº 066/2013, que previam o prazo de execução dos mesmos de até 48 (quarenta e oito) meses e concessão de recurso de custeio anual para desenvolver as atividades experimentais dos projetos, deveriam ser pagos em duas parcelas por ano. Na prática, aconteceu que os projetos iniciados em março/2014 receberam a primeira metade do recurso de custeio no mesmo ano; já no ano de 2015, a CAPES fez o repasse da segunda metade do custeio de 2014, sendo que algumas IES não receberam esta segunda parcela até à presente data. Sabendo que as 284 IES tiveram seus projetos aprovados por tais editais, no mês de julho/2015 foi realizado pela CAPES um ajuste nas cotas das bolsas, que acabou reduzindo muitas cotas de bolsistas para cada IES. Além disso, fomos informados que não haveria mais repasse de custeio, conforme o previsto, além do que não haveria perspectivas do programa para os anos de 2016 a 2018, como previa os referidos editais. Desde então os problemas só se intensificaram na relação entre nosso Fórum de Coordenadores – FORPIBID e o MEC/CAPES. Depois de muita mobilização em todo o país, envolvendo inúmeras instituições ligadas



à área da educação, reitores e pró-reitores de universidades, alunos, escolas, além de parlamentares (nível estadual e nacional), o FORPIBID conseguiu dialogar com a Capes e com o MEC e participar de um grupo de trabalho para repensar o Programa considerando a crise econômica e os ideais do atual Ministro que pretendia modificar a essência do Programa. Porém, sem mesmo o GT ter concluído suas atribuições, a CAPES publicou uma nova Portaria, contida em <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/15042016-Portaria-46-Regulamento-PIBID-completa.pdf>>, para reger as regras do PIBID em 15 de abril de 2016 no DOU, definindo o encerramento de todos os projetos em junho de 2016 (convênios assinados até fevereiro de 2018), e sugerindo que as IES encaminhassem proposta de readequação a ser enviada até 20 de maio de 2016 para início das atividades até julho de 2016. O incrível disso tudo é que os sistemas de ensino têm atribuições a partir desta nova Portaria, e os mesmos alegam nem terem sido informados sobre a questão. Ademais, vários pontos estudados no GT e que estavam previamente definidos foram publicados de outra forma, sem consulta ao GT instaurado. Em síntese, tal portaria modifica consideravelmente o Programa, restringe as Licenciaturas e áreas de atuação e muda o papel do supervisor, que perde seu status de professor formador para passar a ser um administrador do trabalho em várias escolas. Diante de tal situação, nossa mobilização vem se intensificando na busca de apoio para que consigamos reverter tal situação que, sem dúvida, ao persistir da forma como foi colocada, poderá levar ao fim um dos melhores programas para a qualificação da formação inicial para a docência de que se tem notícia no Brasil.